

O MAIOR DESAFIO QUE VEJO NA USP É CONSEGUIR ME ENXERGAR NOS MEUS PARES

Merllin de Souza¹

Núcleo Ayé



Manifestação do Núcleo Ayé, formado por estudantes da FM-USP, em junho de 2021

Ingred Merllin Batista de Souza, doutoranda do PPG em Ciências de Reabilitação da Faculdade de Medicina da USP, sintetiza assim sua trajetória geográfica e acadêmica: “Sou mulher preta amazonense, vim das barrancas do Rio Madeira na cidade de Humaitá — a quase 600 quilômetros de Manaus em linha reta. Sou a mais velha de cinco filhos, primeira a ter nível superior na família, primeira a ter mestrado e estar no doutorado”. Merllin, como é conhecida, cursou Fisioterapia na Universidade Federal do Amazonas (2010-2015), no campus Coari, no Médio Solimões. Em 2017, já na USP, ela e a colega Gláucia Verena Sampaio criaram um espaço direcionado para receber estudantes preta(o)s e parda(o)s: o Núcleo Ayé, “primeiro coletivo negro em mais de 100 anos de existência da FM”

Aceitei o convite da Adusp para compartilhar as minhas vivências, a partir de experiências que me trouxeram até a Universidade de São Paulo (USP), no sonho que eu sempre digo que é considerado um sonho de vida e de minha família, e costurando com as intersecções do que é ser uma mulher preta amazonense, os aspectos sociais e científicos, e sobre a minha fala na Sessão 1.013 do Conselho Universitário da USP, como conselheira representando discentes de pós-graduação, em que seria aprovada a mais nova e tão esperada Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (PRIP) em 3 de maio de 2022. Utilizarei fragmentos do meu discurso deste dia e conectarei com as vivências e opiniões.

Sou Merllin de Souza, mulher preta amazonense, sempre digo que vim das barrancas do Rio Madeira na cidade de Humaitá (a quase 600 quilômetros de Manaus em linha reta). Sou a filha mais velha de cinco filhos de Helene e Guilherme, primeira a ter nível superior na minha família, imagina então que também sou a primeira a ter mestrado e estar no doutorado. Cursei Fisioterapia de 2010 a 2015 na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), no campus Coari, que se localiza no Médio Solimões, e ao qual se che-

ga somente de barco (17 horas de viagem) ou avião (que no Norte não é tão acessível, devido aos valores cobrados).

Quando ingressei na graduação, eu já sabia que queria realizar pesquisas sobre a coluna vertebral e sobre como lidar com isso, pois fui uma criança questionadora quanto ao volume de material escolar que levávamos para as aulas na escola pública — muito peso, muita sobrecarga, mas estudar e aprender sempre foi o real objetivo. Apresentei uma proposta (em 2010) para o meu primeiro orientador de pesquisa científica, professor Alessandro Pin, e a partir de experiências em seu laboratório pude aprender cada vez mais sobre a coluna e possíveis alterações posturais. Desde então fiz iniciações científicas, monitorias de disciplinas do ciclo básico e profissionalizantes da Fisioterapia, e publicações científicas que puderam amadurecer a escola que fiz desde 2010: realizar pesquisas na Universidade de São Paulo, meu sonho e o sonho da minha família. Pois em outubro de 2010 tive o primeiro contato com uma pesquisadora da USP, a professora Amélia Pasqual Marques, que, por meio das pesquisas dela na área que eu gostaria de seguir, plantou a sementinha em meu coração e que eu poderia sim, um dia, chegar à USP. Por que não?

Fazendo um salto para 2015, finalizado o curso de Fisioterapia e terminando especialização em Gerontologia e Saúde Mental (pois tinha conexão com o que estudaria no mestrado), consegui fazer um estágio no laboratório de Fisioterapia e Eletromiografia, coordenado pela professora Amélia, e a partir daí não parei mais, pois a primeira porta que foi aberta para mim segurei como se fosse a única chance. Ingressei oficialmente no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Reabilitação do Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina (FMUSP), fui integrante da equipe de pesquisadores de um estudo multicêntrico que visava investigar a prevalência de dor lombar em idosos de diferentes populações brasileiras, no qual eu fui responsável por ajudar a treinar as(os) pesquisadora(e)s participantes e fiquei com a missão de investigar a cidade de Manaus, em parceria com a professora Lilian Merini, da UFAM.

Atualmente estudo utilização da atividade gradual para dor lombar em gêmeos utilizando *e-health* e colaboro em pesquisas na área de reumatologia, saúde mental e para a profissão Fisioterapia, juntamente com a professora Sílvia Maria Amado João. A professora Amélia também estimula que seus e suas orientando(a)s colaborem com a formação científica de estudantes de Fisioterapia, e eu já pude colaborar com nove acadêmica(o)s. Em 2020 fui convidada pela professora Adriana Alves, do Instituto de Geociências, a apresentar a minha vivência e trajetória como mulher preta nortista que escolheu por vocação seguir os passos da ciência e da pesquisa, e se eu me enxergava em meus pares aqui em nossa USP. Percebam que ainda não, pois basta olharmos para a esquerda e direita das pessoas que ocupam este espaço e teremos a sensação do tamanho dos desafios para que pessoas como eu se enxerguem em seus pares. Pares estes na docência, na gestão, nos serviços.

Desde 2019 colaboro com a Associação de Pós-Graduanda(o)s da USP Capital Helenira “Preta” Rezende e estou na gestão Nossa Voz Na Pós desde 2020, atuando em prol da garantia e cuidados com a comunidade pós-graduanda da USP Capital, sempre por meio do diálogo e de criação coletiva para contribuir com a gestão da Universidade. Sou muito grata por tudo o que estou aprendendo e desenvolvendo e isso traz reflexos fundamentais para qualquer dirigente: saber ouvir e construir

ações por meio do diálogo. Resultados de algumas ações da APG USP Capital: a construção do edital para mães pesquisadoras em 2020; colaborar para o desenvolvimento da prorrogação de prazos de exames de qualificação e defesas; a garantia de entrega das marmitas pelos restaurantes universitários ao(à)s pesquisadore(a)s que não pararam em nenhum momento, e ao(à)s que também residem no Crusp durante o período de pandemia; bem como o relatório do GT Lab’s intitulado “Impacto da Pandemia de Covid-19 para a Comunidade Pós-Graduanda da USP”, juntamente com as APGs de São Carlos, Ribeirão Preto e Piracicaba.

“Existe algum regimento para ações afirmativas nos programas de pós-graduação da USP? A resposta é ainda não. Mesmo que se respeite a autonomia dos programas, não há como realizar pesquisas sem levar em consideração as pessoas e vidas por trás de um número de matrícula”

Feito esse resumo do que me conecta em atividades como representante discente na USP, e que tem sede de colaborar na mudança estrutural nos diferentes espaços que ocupo, vou direcionar ao ano de 2017. E o que aconteceu?

No ano de 2017, em meados do mestrado, comecei a me envolver com representação discente na pós-graduação da FMUSP e desde então as atividades e ações se tornaram cada vez maiores, principalmente em relação à realidade social da USP que iria mudar com a aprovação das cotas raciais e sociais na graduação (em 2017). Gláucia Verena, uspiana desde a graduação (fonoaudióloga, mestra e doutoranda no PPG Ciências da Reabilitação da FMUSP), me convidou para criarmos um espaço que fosse direcionado para receber estudantes preta(o)s e parda(o)s que chegariam à faculdade. Lembro-me como se fosse hoje: em agosto de 2017, no porão da FMUSP, idealizamos e criamos o Núcleo Ayé, primeiro coletivo negro em mais de 100 anos de existência da faculdade.

Em 2022 completamos cinco anos de fundação e hoje fazemos o acolhimento, letramento e empoderamento

para graduanda(o)s, pós-graduanda(o)s e funcionária(o)s preta(o)s e parda(o)s, e a aprovação e construção da banca de heteroidentificação para os vestibulares. O Núcleo Ayé promove eventos para pautar a luta antirracista nos espaços da Universidade. Glaucia e eu, cofundadoras, acreditamos que o Núcleo Ayé fornecerá e promoverá cada vez mais a inclusão que nosso povo precisa e merece reconhecida e garantida.

Mas existe algum regimento para implementação de ações afirmativas nos programas de pós-graduação da USP? A resposta é: ainda não. Mesmo que exista o respeito à autonomia de cada programa e cada Comissão de Pós-Graduação, deve-se considerar que não há como realizar pesquisas no Brasil que somos sem levar em consideração as pessoas e vidas que estão por trás de um número de matrícula da USP. Defendo que as pesquisas sejam plenamente plurais, ou seja: diferentes realidades sejam contadas por seus pesquisadores e cientistas e que tenham a sincronia com o país que somos: plural, continental e cheio de realidades das quais muitas e muitos de nós não fazemos ideia. Mas parabênizo as iniciativas de alguns programas de pós-graduação que entenderam a importância ao agregar valor com essa pluralidade que é importante.

E lembrando: não há como ter políticas de ingresso que tenham cotas sem pensar na permanência dessas pessoas, pois precisamos considerar a realidade que pessoas em diferentes contextos de vulnerabilidade social trazem, para a real mudança estrutural que acredito que estamos em vias de construir.

Me questiono sobre a importância de termos uma Universidade plural e com a cara pintada de povo, pois a ciência, as extensões e o ensino são para o povo e servem de referência mundial para diferentes segmentos, seja para políticas públicas, referencial teórico e até mesmo salvar a vida de milhares de pessoas, como a produção de vacina ou testes contra um dos piores vírus da era moderna. Mas que cara tem a nossa Universidade?

Poderia colocar aqui algum estudo ou levantamento realizado pela Universidade, mas provoço você a refletir sobre o seguinte: quantas pessoas negras você conhece como docente? Coordenador(a) de algum dos mais de 260 programas de Programas de Pós-Graduação? Quem é diretor(a) das unidades? E mais, quem sempre leva as pautas de inclusão e pertencimento para os diferentes corpos que compõem a nossa Universidade?

É fato que existem programas de auxílio e permanência para a graduação e a pós-graduação, alguns auxílios, mas que de forma tímida contemplam a nova cara da pós-graduação da USP. Creches dependem de ser reativadas. O Crusp ficou muitos anos em situações crônicas que são relatadas por seus moradores, clama por mudanças de infraestrutura e do acesso às vagas que cada vez mais estão poucas, comparadas com as demandas que o então Serviço de Assistência Social recebia e sem esquecer dos *campi* do interior, com as suas especificidades em relação aos alojamentos e moradias. “Mas não está suficiente?”

“A cultura de mudança será debatida e verdadeiramente composta com escuta ativa pelos pares de diversas categorias que compõem a nossa Universidade? Ao aprovar a PRIP, a USP estará afincadamente envolvida no processo de inclusão e pertencimento?”

Na minha humilde concepção e experiência (desde 2016 convivendo nos espaços da USP), percebo que a mudança de cultura está em processos que eu nunca havia experimentado de fato, por exemplo: levar demandas da pós-graduação diretamente para diferentes pró-reitorias, consultar e sermos consultados no que nos é de direito. Mas acredito que a USP possa evoluir na implementação de políticas para a mudança de corpos e histórias que serão escritas.

Somos estudantes de pós-graduação que vêm das diferentes regiões do Brasil. A comunidade pós-graduanda recebe alguns auxílios diretos, como por exemplo o estágio do Programa de Aperfeiçoamento de Ensino, com a modalidade Mães Pesquisadoras, o uso de transporte, restaurantes universitários, vagas no Crusp, mas há de se considerar que existem aspectos que podem ser fortalecidos, por estarmos no processo virtuoso de cursar um mestrado ou um doutorado. Como não há a atualização do valor das bolsas de estudo para mestrado e doutorado da Capes e do CNPq por quase 10 anos, valorizar esses

estudantes trabalhadores da ciência brasileira também resultará em progressos brasileiros.

Temos autonomia em relação a como será investido o dinheiro público em nossa Universidade e acredito e defendo que a comunidade pós-graduanda possa receber um acolhimento e olhar diferenciado, visto que cursar pós-graduação hoje não é o mesmo que há algumas décadas. Também compartilho minhas inquietudes e os questionamentos que fiz na sessão 1.013 do Co, aos conselheiros(as) e ao reitor e à vice-reitora:

1. A Universidade ao aprovar a PRIP estará afincadamente envolvida no processo de inclusão e pertencimento?
2. A cultura de mudança será debatida e verdadeiramente composta com escuta ativa pelos pares de diversas categorias que compõem a nossa Universidade?
3. Haverá mapeamento do que faremos com a evolução dos nossos cérebros engajados que saem da graduação, que anseiam a pós-graduação, anseiam a docência e por que não a Reitoria da Universidade também? Como valorizar essas pessoas que tanto se dedicam e ajudam a evolução da USP nos *rankings* internacionais?
4. Sobre as novas vagas de docência: quem comporá os novos espaços fornecidos para a docência, qual o perfil dessas pessoas?
5. Pró-Reitoria de Inclusão e Permanência para quem?

Não quero ser confundida como possível suspeita de crime simplesmente por causa de minha cor; não quero ter medo de caminhar nos espaços dentro dos *campi*,

dentro e fora da USP, sofrendo assédios e violências; não quero que pessoas com deficiência sofram capacitismos; quero que pessoas indígenas sejam consideradas em sua plenitude nos espaços universitários, seja no processo de admissão em editais, seja levando em consideração a importância que estas e estes cidadãos e cidadãs têm na história do Brasil. E mais, como morar na Universidade sentindo que realmente as moradias estão em condições de receber seus visitantes que residirão por anos?

Agora o maior desafio que vejo atualmente a ser enfrentado na USP é eu conseguir me enxergar nos meus pares, sejam docentes, sejam pós-graduanda(o)s, pois a inclusão e diversidade ainda estão em passos pequenos para o tamanho e potência que a universidade possui, mas estou confiante de que esse cenário está a caminho de mudanças estruturais com a criação da PRIP, com a pró-reitora Ana Lanna e a pró-reitora adjunta Miriam Debieux Rosa. “Confiante por quê?”, você deve estar se perguntando. Estou confiante porque a PRIP foi dividida em cinco áreas essenciais para qualquer espaço universitário que se proponha a iniciar as mudanças estruturais:

1. Vida no Campus
2. Saúde Mental e Bem-Estar Social
3. Gênero, Relações Étnico-Raciais e Diversidades
4. Formação e Vida Profissional
5. Direitos Humanos e Políticas de Reparação, Memória e Justiça

A ciência e a pesquisa salvaram a minha vida, escolhi a Universidade de São Paulo e ela me aceitou, e é meu dever propor, discutir e defender que mais diversidade, que mais pluralidade estejam inseridas em todos os espaços da nossa Universidade.

Nota

1 Fisioterapeuta (UFAM), doutoranda da Faculdade de Medicina da USP. Mestra pelo PPG em Ciências da Reabilitação. Preta, amazonense e ativista pela educação e ciência.